Resenhas

A DESNUTRIÇÃO NO BRASIL. Francisco Viacava et alii. Petrópolis. Vozes/Finep. 1983.

O estudo divulgado neste livro é resultado de uma das linhas de pesquisa desenvolvidas no projeto Ciências Sociais em Nutrição, e foi executado no período 1978/1.0 semestre de 1980, a partir de um convênio firmado entre o INAN, a FINEP e o IBGE, com o objetivo de estudar os fatores que influenciam o padrão nutricional da população brasileira. A principal fonte de dados é o ENDEF — Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizado pelo IBGE em 1974/75, sendo as regiões estudadas o Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo.

Os autores apresentam os resultados globais obtidos para o Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo, para os dados de ingestão de calorias e proteínas por comensal-dia e por unidade adulto-consumo. **Apresentam** igualmente as estimativas de necessidades energéticas e protéicas e comparam as ingestões com as necessidades. As ingestões calórica e a protéica são desagregadas por estratos de residência (rural-urbana) e por classe de despesa, sendo a distribuição percentual de calorias apresentada segundo fontes alimentares. Também as necessidades energéticas e protéicas e os coeficientes de adequação são apresentados por estrato rural-urbano e por classes de despesa.

A antropometria é explorada apresentando os indicadores de adequação peso-idade, altura-idade e peso-altura e os autores trabalham com classificações alternativas de desnutrição, como a de GOMEZ e a de WARTELOW/BATISTA.

O estudo conclui que a situação alimentar das populações analisadas é bastante precária e merecedora de atenção especial por parte do Governo. Os autores informam que em cada três famílias do Nordeste existe uma alta probabilidade de pelo menos uma apresentar um quadro de insuficiência protéico-calórica. Para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, essa proporção é de 4:1 e 5:1, respectivamente. Por outro lado, em todas as regiões, a forma predominante de déficit de ingestão é do tipo "suficiência protéica e insuficiência calórica", sendo que, somando-se esta forma ao tipo "insuficiência protéca e insuficiência calórica" obtém-se a grande maioria dos casos de déficit, de vez que a insuficiência protéica pura é muito rara. O estudo verificou, também, que os coeficientes médios de adequação calórica são sempre maiores no estrato rural para as três regiões, indicando portanto que o processo de migração rural-urbana implica deslocar a população para regiões onde a probabilidade de deterioração de seu estado nutricional é maior. O trabalho com indicadores antropométricos revelou que a situação nutricional das crianças está diretamente associada com a despesa corrente per capita da família. Verificou-se também que a percentagem de crianças eutróficas é major nas famílias com suficiência calórica e protéica.

O leitor poderia perguntar-se o que de novo este trabalho traz para o cenário dos nos-

sos conhecimentos sobre alimentação e nu-A resposta que me ocorre, após a leitura do estudo, é a de que ele confirma e atualiza o que já se conhecia através de tantas obras como as de JOSUÉ DE CASTRO, e do DR. NELSON CHAVES, apenas para citar dois grandes estudiosos do problema alimentar e nutricional em nosso País. Entretanto, nenhuma das análises conduzidas sobre o tema sob o enfoque do rigor econômico e social pode-se comparar à presente do ponto de vista do rigor metodológico e do cuidado com a precisão científica que tiveram seus autores, de forma que se trata de obra que, sem sombra de dúvida, não pode faltar na estante da biblioteca dos estudiosos de NUTRIÇÃO e dos leigos que tenham interesse em conhecer alguma coisa sobre o problema da subalimentação e da subnutrição em nosso País.

Antonio Carlos Coelho Campino FEA/USP

RS: ECONOMIA E CONFLITOS POLÍTICOS NA REPÚBLICA VELHA. Pedro Cezar Dutra Fonseca. Porto Alegre. Mercado Aberto. 1983.

O livro resultou da dissertação de mestrado em economia apresentada pelo autor. Tem por objetivo indagar as peculiaridades do Rio Grande do Sul na República Velha: por que os partidos imperiais não desapareceram, por que os antigos liberais, maragatos, se opuseram tão agressivamente ao governo estadual, e que fatores explicam o conflito entre chimangos e maragatos. Como referencial teórico o autor se serve de textos de ciência política, história e economia que lhe sugeriram a hipótese de que a divisão regional do Rio Grande e sua economia constituem o fundamento dos conflitos entre os dois partidos políticos. O Estado sulriograndense divide-se geograficamente em Norte e Sul. O Norte subdivide-se em duas zonas: Serra e Planalto, e o Sul é conhecido como Campanha. A Campanha é antiga zona de colonização ibérica, teve

trabalho escravo e economia predominantemente pecuária e de latifundio, com os portos de Pelotas e Rio Grande como escoadouros da produção. A Serra foi colonizada por imigrantes alemães e italianos, com pequenas extensões de terra para a agricultura, associada à criação de suínos, com mão-de--obra familiar e com produção destinada mais a consumo local do que para exportação. O Planalto é também de recente ocupação com base na pecuária e na agricultura, com poucos latifúndios em meio a pequenas e médias propriedades. Na alteração do predomínio econômico do Sul para o Norte e no movimento de contestação à ordem política e econômica do Império favorável à Campanha, nos ideais e programas do Partido Republicano, calcados na doutrina positivista e na elite emergente com a República, preocupado em diversificar a produção gaúcha, na associação do Império à dependência gaúcha e da República à sua auto--sutentação, isto tudo visto pelo antagonismo entre chimangos e maragatos — eis o conteúdo minucioso da tese na forma de livro. A ditadura positivista assumiu, conforme o autor, forma oligárquica, mas não plutocrática, no Rio Grande do Sul, pois além de interesses econômicos, havia outros fatores em jogo a ativar o processo de mudança na região e no Brasil.

Ressalte-se a preocupação do autor com o esquema teórico de referência da dissertação, o que enriquece o texto com a discussão do método funcionalista. Embora defendida em economia, a dissertação abrange uma visão mais ampla do problema, buscando a integração de perspectivas da ciência política e da sociologia, o que aumenta o poder explicativo da realidade em foco.

O livro aumenta o acervo de estudos sobre a República Velha no Rio Grande do Sul, onde se pôs em prática a doutrina positivista com Júlio de Castilhos (1860-1903), Borges de Medeiros (1864-1961), Pinheiro Machado (1851-1915) e Getúlio Vargas (1883-1954), desta vez com destaque na economia sulina e sua vinculação com a estrutura de poder através dos dois grandes partidos políticos.

Januário Francisco Megale FEA/USP

GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA EM MAX SOR-RE. Januário Francisco Megale. São Paulo. IPE/USP. 1983

O livro é a tese de doutorado do autor. defendida em 1980, na FFLCH/USP. por objetivo determinar como Sorre conceituou e praticou a geografia em seu contexto de ciência social. Inicia-se com o esboço biográfico de Sorre e com ampla visão de sua vasta produção científica. A seguir, o autor situa a ciência geográfica na época de Sorre, onde mostra o determinismo geográfico e seu mito ratzeliano contra o possibilismo lablachiano, ou seja, a geografia alemã versus geografia francesa. O terceiro capítulo constitui o centro da tese. Sob os títulos de: 1) geografia, sociologia e morfologia social; 2) ecologia enquanto domínio da geografia, e 3) a ecologia como posição metodológica, encontramos referência à disputa acirrada entre geógrafos e sociólogos, no final do século passado e início deste, conhecida pelos nomes de Geografia Humana e Morfologia social, e tão bem descrita por Lucien Febvre. A ecologia é vista como domínio da geografia. Aqui, embora o autor se tenha preocupado com a concisão e a precisão como quesitos da linguagem científica, não atingiu a precisão, talvez pelo excesso de concisão. Este é o ponto fraco do livro, sobretudo enquanto tese doutoral. O quarto capítulo — espaço e realidade social em Max. Sorre - mostra a preocupação sorreana em nunca perder de vista a visão abrangente ou a pesquisa interdisciplinar em qualquer das ciências sociais. O quadro I — Esquemas teóricos da geografia, ilustração gráfica sinóptica, organizado pelo

autor, não está bem explicado no texto, o que dificulta a compreensão pelo leitor. A carência de explicação e clareza no quadro I é compensada no quadro II — A geografia humana na obra de Max. Sorre -, onde os conceitos sorreanos são listados dentro dos quatro componentes essenciais da geografia humana: ecúmeno, técnica, habitat e sociabilidade. Um capítulo final analisa o ensino da geografia segundo Sorre, que dedicou ao magistério toda sua vida, a defender o duplo objetivo do ensino geográfico: informação e formação, com destague no último. Dois apêndices: Geografia, Sociologia e Ciências Sociais e Geografia Agrária: objeto e método, encerram o livro. O primeiro é comentário genérico sobre o "Rencontres" de Sorre, pouco conhecido e que postula a unidade da ciência social, da qual a geografia e a sociologia são meras disciplinas acadêmicas que se complementam. O segundo é a transcrição de artigo de 1976, publicado na Revista da SBPC — Ciência e Cultura. Ambos os textos interessam aos geógrafos e sua inclusão no livro se deve, certamente, à finalidade de discussão nos cursos de graduação. A novidade do livro para o leitor, qualquer que seja sua formação acadêmica, está textos interessam aos geógrafos e sua inna defesa da interdisciplinaridade, na visão ampla e abrangente da realidade social do ponto de vista geográfico em seu contexto de ciência social. O retorno às fontes, aos clássicos, constitui inegavelmente o maior mérito acadêmico do livro, sobretudo por defender — e o exemplo está no texto a visão global de cada ciência social, não se especializando prematuramente e em exces-Se o conhecimento em profundidade caracteriza o conhecimento científico, este postula também o conhecimento em extensão, sob o risco de não se perceber o domínio da pesquisa e sua vinculação com a realidade social.

> Cecilia Maria Alexandria Lima Fundação Educacional/Brasília